

O LIVRO ESTRANGEIRO

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Há diversas maneiras de impedir ou de retardar a marcha de um país que, por um conjunto de circunstâncias, já esteja atrasado, cultural e economicamente atrasado em relação aos países líderes que puxam o grande cordão do progresso humano. Uma delas, e das mais eficazes apesar de seu aspecto inocente, consiste em promover proibições ou pelo menos dificuldades cambiais para a importação do livro estrangeiro. O país subdesenvolvido que cria dificuldades para a entrada do livro estrangeiro tem sólidas garantias para a perpetuidade de seu subdesenvolvimento; e se esta é a meta, aquela trama de dificuldades será um dos meios de atingi-la. Entende-se a medida restritiva uma vez que se proclama o ideal da imobilidade e do atraso. O que não se entende é que no mesmo país se proclame um ideal de desenvolvimento econômico e cultural, e ao mesmo tempo se inventem engenhosos recursos para impedir a entrada do livro estrangeiro.

Ora é exatamente isto o que se vem fazendo neste país de disparates. Por mim mesmo já verificara, na pele, o encarecimento do livro em proporção maior do que a depreciação da moeda. Vi em ano e meio, ou menos, passar ao dobro o preço de um livro francês. E agora, numa exposição feita pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros e pela Câmara Brasileira de Livros, e dirigida ao Presidente da República, encontrei a explicação do fato. Até meados de 1957, os livros estrangeiros eram importados com o pagamento de uma sobretaxa cambial de Cr\$ 32,50 por dólar americano. Em curto período essa sobretaxa elevou-se para Cr\$ 40,00, e recentemente, depois da instrução n.º 166 da SUMOC, de 4 de outubro p.p., atingiu a soma de Cr\$ 61,18. Diversas medidas de boa cautela foram tomadas para proteger a imprensa periódica e a indústria editorial do país. A lei n.º 3244, de 14 de agosto de 1957 estabeleceu para a importação do papel, no art. 50, parágrafo 3.º, um critério de reajustamento semestral entre a taxa cambial oficial e o chamado câmbio de custo, impedindo assim o brusco impacto que a elevação da

taxa cambial produziria no preço do papel. Houve certo cuidado com a indústria local, mas o livro estrangeiro ficou esquecido. Além dos aumentos de sobretaxas a que nos referimos acima, outros tributos oneram o livro importado, como a taxa de despacho aduaneiro, criada pelo art. 66 da mesma lei n.º 3244, a taxa de renovação da Marinha Mercante (!), criada pela lei n.º 3421, e a taxa de melhoramentos dos portos (!!) criada pela lei n.º 3421. De todas essas parcelas resulta um aumento de 61 por cento no custo do livro importado nos últimos doze meses. Exigirá algum leitor que eu explique os sinais de admiração que pus diante daquelas leis? Por causa das dúvidas explico: sempre me pareceu que para renovar a marinha mercante ou para melhorar nossos portos, obras ambas muito recomendáveis e muito urgentes, nós precisamos livros, e especialmente livros estrangeiros. Agora vejo que colocaram o problema de pernas para o ar: para ter livros, especialmente livros estrangeiros, devemos pagar um tributo que dizem ser destinado aos portos e à marinha mercante. O espírito daquelas leis é uma espécie de espírito de porco, assim como quem diz: aproveitemos a mania que alguns indivíduos têm de mandar buscar livros na França ou na Inglaterra para com o dinheiro dessa fantástica extravagância fazerem nós obra útil ao país.

Um estudioso de assuntos econômicos, que tem cargo público e parte da responsabilidade nas leis e sobretaxas que oneram o livro estrangeiro, deu esta espantosa desculpa quando foi procurado por membros do Sindicato Nacional do Livro: a elevação de preço do livro estrangeiro tem a vantagem de incrementar o comércio do livro nacional! E a conclusão que eu tiro de tudo isto, conclusão de profunda e acobrunhante melancolia, é que é preciso escrever um artigo para dizer o que é um livro aos homens que dirigem a economia nacional. Sim, é preciso explicar que livro não é o tijolo de papel e sim, principalmente, o que nele está escrito. E' preciso esclarecer que a matéria não é homogênea. Que não se deve dificultar a leitura de Shakespeare sob a a-

legaço da existência de similares nacionais. E assim por diante.

Quando um país tem a infelicidade de ter um governo burro (não me refiro aqui às pessoas e sim ao conjunto, à orientação geral que me parece bem merecer esse adjetivo) acontecem coisas assim, que se destroem mutuamente ou mutuamente se entavam. A Marinha Mercante quer melhorar a custa do imposto sobre livros estrangeiros, como porém ela só poderá melhorar se o país tiver capacidade aumentada de comprar e ler livros estrangeiros, onde, entre outros assuntos, aprende-se o que se deve fazer para restaurar uma frota mercante, então ela (a Marinha) nunca sairá do buraco em que está porque entrava e onera o seu próprio remédio. Meu Deus, será preciso gastar três ou quatro linhas para elogiar o Livro? Será preciso refazer a composição colegial que fiz, ainda me lembro vagamente, meio século atrás? Lá dizia eu, se não me falha a memória, que o livro é um objeto muito bom e muito útil, porque a gente aprende nele o que não sabe, e que a gente deve ter amor aos livros que os mais velhos nos deixaram como herança de sabedoria, e que por isso a gente não deve maltratar o livro, etc., etc.

Salta aos olhos que o problema número um do Brasil é o da elevação dos valores humanos, é o da educação e da cultura. Todas as medidas governamentais, todas as leis, instruções da SUMOC, inqueritos da COFAP, todos os passos e vãos da diversas pessoas incumbidas de promover o bem comum deviam girar em torno deste centro de gravidade que é o próprio homem, o esquecido homo brasiliensis. Os diversos e muitos problemas se resolverão satisfatoriamente quando esse tal homem brasileiro se tornar mais instruído, mais educado, mais inteligente. E para tal meta precisamos de livros, e de muitos livros estrangeiros. É fácil mostrar o valor diretamente conversível em vantagem econômica de livro estrangeiro que versa sobre assuntos técnicos. É fácil provar que muitos desses livros técnicos não podem ser traduzidos ou melhor, não oferecem ao editor perspectivas de lucro por causa do número pequeno de leitores e do avultado preço da edição. Tomemos como exemplo um caso tirado de meu ofício e do curso que ministro na Escola Técnica do Exército. Dificilmente poderíamos imaginar a possibilidade de elaborarmos aqui, em nosso meio, um manual como o de Eletrônica Aplicada do Massachusetts Institute of Technology. E duvido que algum arrojado editor enfrente a tarefa de publicá-lo em português. Ora, sem esse livro, ou similares produzidos no estrangeiro, não podemos estudar eletrônica. E isto é apenas um pequeno exemplo. Não conheço nada da técnica de extração do petróleo, mas imagino que para aprendê-la teria de comprar muitos livros editados por John Wiley & Sons, Van Nostrand, McGraw-Hill, e outros. E creio que até aqui, até a direta e inconteste utilidade do livro técnico, nos acompanhariam os senhores que lidam com a moeda e com o câmbio. Mais difícil de entender é a necessidade igualmente urgente que temos de livros de versos, romances, albuns de pintores, etc. Para o burocrata essas coisas são objetos de luxo semelhantes ao marron-glacé ou ao perfume francês. Onde há elevação, o burocrata vê um requinte parecido com os suspensórios ingleses que os dez elegantes, se não estou mal informado, mandam vir de Londres. É preciso explicar que nós precisamos de muita coisa estrangeira, técnica e poesia, cultura e gente, dinheiro e sangue. Já não digo para chegar até Brasília, mas mesmo para colonizar, para ocupar razoavelmente a orla litorânea do país, precisamos receber de fora muita coisa. Outro dia vi num jornal uma fotografia que me comoveu: os marujos americanos que vieram no porta-aviões dirigiram-se ao Banco de Sangue. Cem deles, cem marinheiros, deixaram aqui um pouco de seu sangue. Tomemos este fato como um símbolo. Como seria belo o mundo se as trocas fossem mais fáceis, se as barreiras desaparecessem, se os ricos fossem mais generosos, e se os pobres fossem mais modestos e mais humildes. A parte que nos toca nessa enumeração de desejos utópicos é a última: devemos ser mais modestos, mais inteligentemente modestos, para não perdermos de vista um só instante o rol de nossas carências. O caso do livro estrangeiro, por exemplo, é de bradar aos céus.